

A economia solidária entre a resistência e a utopia

*Pedro Claudio Cunha Bocayuva**



*Diretor da FASE

“É possível que, para o novo mundo do trabalho (forjado na falsa autonomia da terceirização e da precariedade), a idéia de sociedade futura penda mais para a proposta de uma ‘comunidade de indivíduos livres’; e que, para os trabalhadores agrupados na velha fábrica moderna, esta sociedade do futuro apresente-se mais como ‘uma comunidade livre de indivíduos associados’”.

Tarso Genro¹

Apresentação

Neste texto procuramos combinar o debate sobre as metamorfoses e a crise das relações de trabalho com a questão democrática que atravessa a sociedade brasileira, tentando romper com as abordagens que circunscrevem os desafios da transição e da reestruturação do regime de acumulação ao tema da luta contra a exclusão social².

As metamorfoses sócio-espaciais da globalização definem novas relações sociais e expressam conflitos ligados ao processo de valorização e controle do capital nas suas dinâmicas materiais e imateriais, na sua expressão como valor abstrato dentro das lógicas informacionais, financeiras e comunicacionais, bem como na sua dialética de territorialização/desterritorialização enquanto mais-valia social absorvida pelas formas transnacionais de organização e controle em rede. O trabalho autônomo, precário, informacional e difuso, os mercados segmentados e polarizados nas diferentes sociedades, vêm sendo focalizados pela ótica da fragmentação sócio-espacial como correlato e colorário da globalização. Queremos somar a essas observações os aspectos conflituais e a potencialidade política de luta que pode se ampliar com a combinação da temática da economia sócio-solidária com a noção de radicalidade democrática.

A definição de radicalidade democrática vem sendo expressa pelas formulações de Tarso Genro que articula em torno da noção de “realismo utópico” um conjunto de teses que podem animar

o debate sobre um projeto político socialista. A definição de economia solidária vem sendo elaborada por Paul Singer como o resgate do potencial de revolução do modo de produção que redefine pela práxis autogestionária e cooperativa o peso de uma visão das relações entre sociedade, economia e política que devem animar o projeto socialista como uma socialização conduzida pela própria experiência anticapitalista realizada pelos trabalhadores e trabalhadoras eles mesmos³. A redefinição ético-política operada pela noção de radicalidade democrática e a redefinição da práxis revolucionária e da socialização como revolução no modo de produção, presente na noção de economia solidária, são eixos organizadores de um projeto prático e referências de construção teórica que se cruzam na observação da necessidade de colocar o acento na retomada da questão da autonomia dos sujeitos sociais coletivos, em torno do tema da cidadania e da questão política e em torno da centralidade do trabalho vivo.

O resgate de trajetórias e experimentos e a valorização de certas ferramentas críticas é

¹ GENRO, Tarso. “21 Teses para a Criação de uma Política Democrática e Socialista.” In: *Porto da Cidadania*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1997.

² Nos parece chave a abordagem dada por Gilberto Dupas para o tema da exclusão social na medida em que restabelece o seu nexos analítico com a questão do trabalho/produção. “Ao enfatizar a importância do modo de produção existente e da posição ocupacional dos indivíduos, no entanto, essa abordagem conforma-se bem àquela aqui apresentada, uma vez que pretendo analisar a questão da exclusão tendo em vista a inserção ou não dos indivíduos no sistema produtivo; ou seja, se o trabalho (formal/informal) é central na lógica das cadeias produtivas ou se sobreviverá nas franjas do sistema”. DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social*. São Paulo. Paz e Terra, 1999.

³ SINGER, Paul. *Uma utopia militante. Re-pensando o socialismo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.



essencial para a elaboração de projetos políticos que visem a emancipação e garantam os direitos individuais e coletivos. A observação das transformações estruturais e dos problemas e conflitos contemporâneos exige algumas chaves de leitura que podem ser encontradas em trabalhos que levam em conta a problemática das relações e metamorfoses sócio-espaciais e os conflitos que impactam o mundo do trabalho e as formas sociais de existência.

As relações entre mudanças no regime de acumulação, lógica cultural, desterritorialização, exclusão social e crise do mundo do trabalho permitem a construção de uma espécie de cartografia sócio-política e cultural. A escassez gerada na abundância, o darwinismo social e a insustentabilidade sócio-ambiental dos rumos da globalização neoliberal não devem nos fazer perder de vista a dialética entre os pares trabalho vivo/ cooperação e sujeitos coletivos/esferas públicas, que orientam o projeto social emancipatório pelo componente ético do par solidariedade/autonomia dos produtores(as) e cidadãos(ãs).

A nova centralidade do trabalho

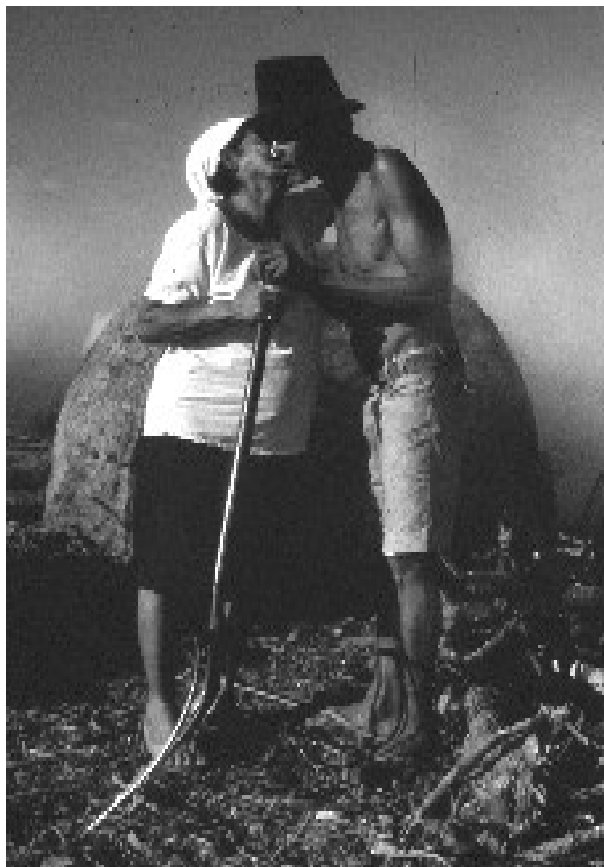
*“Trabalho **material** e **imaterial**, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, entretanto, centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital”.*⁴

A grande descoberta crítica do pensamento sócio-político moderno acerca da centralidade do trabalho vivo na constituição dos processos históricos e da relação entre estrutura econômico-social e sujeito político da transformação permite uma análise da transição produtiva que atravessa as sociedades centrais, as semi-periféricas e as periféricas no capitalismo contemporâneo. Por isso, nesse artigo procuramos retomar a reflexão que parte da ótica do poder da cooperação produtiva do trabalho vivo como base para a construção de um projeto político para a sociedade brasileira que valorize uma plataforma de lutas que nasce do potencial que se abre pelas práticas de organização

⁴ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*, 2ª ed. São Paulo. Boitempo Editorial, 2000.

de movimentos sociais e experimentos em rede. Estes se articulam numa perspectiva de ação que combina: radicalidade democrática e economia sócio-solidária como bases de uma reforma social permanente da sociedade brasileira.

A potência criativa do sujeito histórico da revolução democrática no Brasil sofreu inúmeras mutações que podem ser marcadas pela dialética da formação da classe trabalhadora. Esse filão de poder, constituinte de novas relações sociais, aparece nas brechas da crise da política neoliberal e das estratégias globais de controle que hoje comprimem e tensionam a estrutura e os modos de produção da formação histórica brasileira. O deslocamento da centralidade do trabalho, enquanto operação de contra-reforma permanente por parte do bloco no poder, não pode encobrir as irrupções permanentes do novo conflito social que não tolera estar circunscrito ao tema da nova exclusão social e que remete imediatamente ao problema dos elos entre sujeitos sociais e produção/reprodução social.



A ESPETACULARIZAÇÃO E MIDIATIZAÇÃO DA CRISE BRASILEIRA COLOCAM A QUESTÃO DA GOVERNABILIDADE COMO OBJETO IMEDIATO DE UMA DISPUTA CUJA LÓGICA ESPAÇO-TEMPORAL APONTA PARA UMA CRISE ORGÂNICA DE GRANDES PROPORÇÕES

A espetacularização e midiatização da crise brasileira colocam a questão da governabilidade como objeto imediato de uma disputa cuja lógica espaço-temporal aponta para uma crise orgânica de grandes proporções. A atenção para a agudização do conflito político institucional e dos fenômenos da financeirização só pode encontrar uma resposta, no plano da ação coletiva e da democracia como processo, se buscarmos a centralidade do trabalho vivo como produtor das dimensões concretas objetivas e subjetivas da criação da riqueza. Isso, se o tema do controle dos meios de trabalho e das formas de produção e reprodução social aparecer como conflito e subjetividade criativa, que abre alternativas de leitura da crise brasileira na sua singularidade, atualizando a agenda de lutas dos sujeitos sociais presentes no terreno histórico da classe trabalhadora.

A crise da sociedade salarial e suas implicações nas relações sujeito/estrutura social no contexto pós-moderno é um fato que não autoriza o aniquilamento da centralidade da divisão do trabalho na interpretação do fato social. Eventos e singularidade da crise brasileira como o projeto de desregulamentação do trabalho e de construção forçada de um patamar de rebaixamento de direitos e formas organizativas do contrato coletivo não podem escamotear a disputa pela

riqueza produtiva. A desvalorização do trabalho morto e dos patrimônios não podem escamotear a busca do controle das redes de drenagem da riqueza viva, da mais-valia social, que sofre as metamorfoses das mudanças sócio-espaciais derivadas da globalização e da revolução informacional/comunicacional.

O aumento dos custos de transporte, dos bens e serviços públicos, a crise fiscal, a financeirização e o endividamento, o congelamento de salários e rendas do trabalho, os fenômenos de corrupção, a precarização das relações de trabalho, a economia criminal e narcotraficante, um enorme conjunto de conflitos distributivos e de disputa sobre as redes e fluxos de riqueza material e imaterial expressam um conjunto de fenômenos que, observados pela ótica das reformas liberais, são os custos da estabilização e do ajuste estrutural para responder aos desafios de uma economia aberta. Sob a ótica de um fatalismo social podem ser observados como uma tendência que aponta para a anomia e o darwinismo sociais. Longe do otimismo perverso das elites integradas nas redes globais e longe de um fatalismo impotente é preciso entender porque a sociedade brasileira apresenta forças de resistência e de inovação que reabrem a disputa

orgânica e que colocam em pauta a necessidade de um projeto político baseado em sujeitos coletivos interessados em um novo caminho de desenvolvimento.

O debate que recobre o tema da sustentabilidade é a ponta de um *iceberg* de possibilidades de transformação cujos sujeitos emergentes definem os contornos de uma nova plataforma de lutas, onde ganha centralidade a busca da cooperação coletiva do trabalho vivo. Rejeitar os parâmetros da dialética negativa do mercado desregulado, com sua concepção de indivíduos atomizados considerados sob a nova tipificação ideológica de empregáveis, não-empregáveis e excluídos, remete ao tema da força liberadora de potencialidades presentes na questão da economia sócio-solidária, enquanto uma nova direção ético-política do conflito do trabalho e na disputa da democratização radical de nossa sociedade. A força da transformação democrática exige uma percepção do potencial emancipatório de novas alianças no mundo do trabalho que partem de um impulso contraditório entre estrutura e sujeito na transição das formas do capitalismo dependente. A busca de uma fuga para adiante pelo grande capital e as oligarquias no Brasil no sentido de novas associações não



consegue barrar os dilemas do desafio das novas redes sócio-técnicas e dos conflitos espaço-temporais que abrem o processo de mudança nas bases materiais e imateriais de um capitalismo cada vez mais articuladas pela força intelectual e subjetiva do trabalho vivo, e pela sua forma de apropriação em redes e agenciamentos difusos.⁵

O controle material do território, o controle político repressivo das populações urbanizadas, a espoliação do meio-ambiente e da sócio-biodiversidade fazem parte de um conflito em que o controle imaterial e das redes produtivas e reprodutivas não pode escamotear a centralidade do trabalho vivo coletivo, ou a dimensão pública da riqueza que exige novos patamares de cooperação para funcionar. Sem os meios de disciplina e enquadramento jurídico-político tradicionais, mesmo incrementando o potencial de dominação e espetacularização através da mídia - com seu darwinismo social sem limite -, a disputa pela mais-valia social continua no coração da crise de valorização. A subjetividade e a inteligência coletiva do trabalho ordenada pelos controles em rede acaba podendo ter um efeito inverso, abrindo um novo patamar conflitual.

**O EIXO DA
RADICALIDADE
DEMOCRÁTICA A PARTIR DA
DINÂMICA
DOS SUJEITOS COLETIVOS/
MOVIMENTOS SOCIAIS SE
ARTICULA PARA A DISPUTA
DO POTENCIAL DO
TRABALHO
VIVO COMO BUSCA DE
ALTERNATIVAS PARA A CRISE
DO MUNDO DO TRABALHO
ATRAVÉS DA NOÇÃO EM
CONSTRUÇÃO DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA**

**O PODER DE
BARGANHA DAS ELITES
BRASILEIRAS
ESTÁ EM SEREM CAPAZES
DE DISPUTAR O
TRABALHO VIVO MAIS DO
QUE EM
TRANSFERIR A TITULARIDADE
DO TRABALHO
MORTO ENQUANTO
PATRIMÔNIOS
PRIVATIZADOS**

Uma nova sociabilidade pode nascer da cooperação política e produtiva nascida no terreno da afirmação de novos sujeitos do trabalho, na disputa da transição produtiva, no interior dos conflitos espaço-temporais que atravessam a crise de valorização do capital enquanto exploração intensiva, extensiva e flexível do trabalho-vivo.

O poder de barganha das elites brasileiras está em serem capazes de disputar o trabalho vivo mais do que em transferir a titularidade do trabalho morto enquanto patrimônios privatizados. A sanha em ocupar os serviços e as redes de fluxos produtivos de bens materiais e imateriais, numa

⁵ “Um processo social de difusão territorial de novas configurações e de novas formas de empresariado (trabalho em domicílio, precário, informal) florescem nos diferentes setores industriais, bem como no terciário avançado e atrasado. Num caso como no outro, as formas do conflito e as múltiplas configurações da subjetividade operária (lutas estudantis, movimentos pelos direitos cívicos, lutas dos trabalhadores precários, movimentos dos usuários dos transportes, movimentos de mulheres etc.) constituíram as dimensões genéticas da rearticulação espaço-temporal da produção industrial e da emergência das redes que caracterizam o pós-fordismo”. COCCO, Giuseppe. *Trabalho e cidadania. Produção e Direitos na era da globalização*. São Paulo, Cortez Editora, 2000.

crescente mercantilização da vida coletiva, esbarra em espaços de resistência local e nacional. Mas uma resposta de novo tipo aos desafios de uma transformação estrutural do regime de acumulação na passagem das formas disciplinares e autoritárias para as formas de controle em rede também coloca para os sujeitos sociais do mundo do trabalho uma reflexão sobre os elos objetivos e subjetivos que permitem uma plataforma de lutas que permita um arco de alianças que aponte para um novo jogo de cooperação sócio-produtiva. O trabalho difuso, disperso sobre o território na sua materialidade, sua articulação e controle nas formas tradicionais e novas, as redes empresariais e as novas potências subjetivas apontam para uma nova possibilidade de conflito em torno do poder cooperativo do trabalho vivo, nas formas materiais e nas formas imateriais/virtuais. O eixo da radicalidade democrática a partir da dinâmica dos sujeitos coletivos/movimentos sociais se articula para a disputa do potencial do trabalho vivo como busca

de alternativas para a crise do mundo do trabalho através da noção em construção de economia solidária.

Novas polarizações e “novo mundo possível”

“Trocando em miúdos: em vez de homogeneizar a condição humana, a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais tende a polarizá-la”.
Zygmunt Bauman⁶

A questão do poder na sociedade brasileira depende de pontes entre as dimensões das dinâmicas de um mundo de produção e reprodução social com clivagens diversas que atravessam as figuras do trabalho, principalmente

⁶ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.





para o terreno onde as grandes maiorias sofrem os processos de informalização e precarização de uma maneira geral. As clivagens étnicas e de gênero, a desigualdade sócio-territorial, os recortes materiais e imateriais entre os tipos de ocupação e o acesso aos bens e à renda colocam um desafio de unificação em bloco de forças sócio-técnicas em que a compressão temporal da exploração baseada na acumulação flexível exige a resposta espacial.

A imensa fábrica urbana metropolitana, o imenso território de exploração agro-ambiental, ampliam o sentido das metáforas e dos temas espaciais. Uma geografia do conflito social coloca na ordem do dia uma nova cartografia da política baseada na emancipação do trabalho, onde as redes sociais que atravessam os velhos territórios produtivos industriais e agro-industriais se cruzam com as redes telemáticas e as metamorfoses do trabalho vivo na sua dimensão intelectual e imaterial derivada das novas forças produtivas sociais.

Mas as formas de socialização perversas, em última instância, forçam e colidem com contra-

dinâmicas e resistências locais e articuladas em redes mais amplas de atores. A cooperação no território e vizinhança no espaço real e virtual abrem novas possibilidades e estratégias de disputa das dinâmicas sócio-produtivas. O tempo de intensificação e a desterritorialização podem sofrer o efeito de resistência e luta da solidariedade dos que encontram lógicas de vizinhança, comunidade, cooperação e solidariedade. Daí, no dizer de Milton Santos, a necessidade de recriação e resgate do potencial transformador da política. Essa reabertura de possibilidades, potencialidades e lógicas distintas deve nascer do cruzamento entre a resistência na territorialidade e a “docilidade das novas tecnologias”. Essa reação e resgate da percepção sócio-política do espaço está na sua afirmação de que: *“frente a essa nova realidade, as aglomerações populacionais serão valorizadas como o lugar da densidade humana e, por isso, o lugar de uma co-habitação humana”*.⁷

⁷ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro. Editora Record, 2 ed., 2000.

Gestão democrática e redes autogeridas

A observação da convergência entre processos de gestão democrática de governos locais e controle participativo direto das políticas públicas, com as novas redes de economia sócio-solidária – que combinam cooperativismo popular urbano e rural com empresas autogeridas pelos trabalhadores –, abre a reflexão sobre uma nova abordagem da economia política da transição para novas formas de socialização da riqueza e do poder. Ao lado dos movimentos sociais de todo tipo que agem no terreno dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, temos um conjunto de lutas que traduzem esforços de agenciamento sócio-produtivo e de gestão sócio-territorial que fazem da crise brasileira um processo de disputa orgânica. Novas respostas para velhas questões da relação entre as diferentes desigualdades se abrem nesse cruzamento onde o tema da produção e da reprodução social dos

modos de vida é reposto no terreno de uma esfera pública que anseia por uma nova governabilidade.

A democracia radical e a reforma social combinam a luta por reversão de prioridades - a plataforma mínima da “segunda abolição” - com a perspectiva de uma economia social e pública animada por relações horizontais, relações territoriais, relações informacionais, relações de produção e de consumo, estratégias de reprodução e gestão social de caráter solidário, que apontam para uma nova forma de apropriação e distribuição do excedente econômico. A mais-valia social da enorme fábrica territorializada pelo capitalismo em rede, os mercados de trabalho informalizados e pela exploração do trabalho feminino, do migrante, dos grupos e das massas discriminadas étnica e racialmente exigem um corte de análise conflitual onde a economia social ganha contornos de aliança política e cooperação produtiva coletiva entre os setores de trabalhadores/as vulneráveis, excluídos/as e semi-incluídos/as, as novas e velhas maiorias.



Economia popular e economia solidária

“As propostas de Economia Social, Empresa Social e Economia Solidária, as políticas de renda cidadão, a democratização da gestão e a eficiência no investimento social são propostas que podem existir cooperativamente, como aproximações orientadas por valores ou mecanismos particulares, compartilhando a mesma estratégia de buscar um desenvolvimento humano generalizado, fundado no desenvolvimento endógeno urbano de base popular” (José Luis Coraggio)⁸.

A economia sócio-solidária com seus critérios ético-políticos, com seus agenciamentos produtivos articula a base produtiva do fundo de trabalho familiar e popular com a densidade das estruturas de uma nova economia pública e a materialidade das redes produtivas do trabalho coletivo da sociedade do conhecimento e da informação. O plano local e o plano nacional se articulam numa cadeia de respostas para os fluxos globais que remete para sua estruturação em novas políticas de cooperação coletiva baseadas nas formas sociais de empresas autogestionárias, de cooperativas e nas redes de micro-empresendimentos. O trabalhador e a trabalhadora difusos no contexto urbano precarizado, ou nos contextos agrários de exclusão, podem se aliar com as forças coletivas do trabalho nos complexos produtivos de serviços, industriais e agro-indústriais, na medida em que as redes e alianças se traduzam no plano de novos pactos territoriais e novas estratégias de gestão local integrada em sistemas de produção e reprodução social horizontalizados.

**A SÓCIOECONOMIA
TANTO
APRESENTA
MATERIALIDADE
CONCRETA E
DENSIDADE SUBJETIVA
EM FORMAS DE
ORGANIZAÇÃO
ESPECÍFICA,
QUANTO APRESENTA
CAPACIDADE
DE IR ALÉM
NA LIBERAÇÃO DE
ENERGIAS
TRANSFORMADORAS**

A nova disputa hegemônica, que responde ao problema da crise do fordismo periférico dependente e ao caráter perverso da contra-reforma neoliberal, recoloca o acento na emancipação do trabalho coletivo em relação aos processos que visam manter privatizados o território, a gestão do Estado e as redes de inteligência coletiva. Uma precarização vertical de todos os processos sociais e uma nova forma de Estado autoritário, que sustenta alianças entre oligarquias e redes transnacionais e governos do Império Trilateral, tem encontrado uma base de resistência nos diferentes processos em que movimentos sociais, redes e experimentos locais apostam numa nova orientação da capacidade cooperativa das redes sócio-solidárias.

A construção de formas de gestão democrática e novas redes de cooperação sócio-produtivas auto-geridas é um processo eivado de retóricas e energias utópicas, goza da vantagem de sua concretude tópica (de formas organizacionais localizadas concretamente) e, *desutópica* (de potencialidades e liberdade criadora do novo). Isto é, tanto apresenta materialidade concreta e densidade subjetiva em formas de organização específica, quanto apresenta capacidade de ir além na liberação de energias transformadoras. As utopias socialistas (realismo utópico) sempre combinaram as ações concretas localizadas com arranjos organizativos precisos (cooperativas, conselhos,

⁸ CORAGGIO, José Luis. “A perspectiva da economia popular urbana: base para uma nova política socioeconômica na cidade”, in *O Futuro das Metrópoles*. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Rio de Janeiro, Editora Revan/FASE, 2000.



comissões, etc.) em base territorializada (com endereço), quanto energias de potencial transformador em direção criativa e múltipla, com inventividade e criatividade, ou seja concretização tópica e vontade política de avançar ou desutopia (potencialidade constituinte e instituinte dos sujeitos individuais e coletivos)⁹.

O potencial coletivo do trabalho vivo que se manifesta na forma de organização de um campo de lutas pela economia sócio-solidária é um movimento conflitual, que se expressa numa plataforma de ação, que não se confunde com a definição de uma institucionalidade formal que necessariamente surge como um conjunto de repostas para os problemas que ele apresenta. Os governos locais e as esferas públicas, que emergem para enfrentar como sistemas públicos de geração de trabalho e renda, podem e devem aliar-se, assim como o conjunto das forças políticas do bloco

progressista da sociedade, ao poder constituinte de novas relações e agenciamentos produtivos que nascem das redes materiais e imateriais dos novos sujeitos coletivos do trabalho. Mas os processos mais profundos e os universos estruturados das empresas e dos complexos produtivos instalados e controlados pelas formas clássicas do capital e do seu braço oligárquico exigem muitas repostas tradicionais, em termos sindicais e políticos, que devem superar os marcos do contratualismo clássico na direção de uma nova forma de controle público sem o que o mercado desregulado manterá o país na rota do atraso e da nova dependência.

A combinação entre estratégias de defesa e resistência coletiva no terreno da luta sindical e

⁹ NEGRI, Antonio. *Le pouvoir constituant. Essai sur les alternatives de la modernité*. Paris. Presses Universitaires de France, 1997.

coletiva com estratégias de controle cidadão e democracia direta devem se ampliar na direção do apoio aos esforços das redes coletivas de cooperação produtiva sócio-solidária, onde a economia popular e a economia social se encontram com o terreno da solidariedade política (dimensão pública) e da autogestão da produção e da reprodução social¹⁰. A dimensão mediadora e institucional desse processo se opera pelo plano das reformas sociais e do alargamento da base política e eleitoral das forças interessadas em garantir o processo permanente de democratização ampliada da nossa sociedade.

As forças sociais e iniciativas políticas que se colocam como potência de ação de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento nacional encontram no território difuso da nossa sociedade urbana metropolitana um suporte social na unidade de uma classe trabalhadora ainda tripartida (entre integrados, vulneráveis e precarizados/informais). Trabalhadores e trabalhadoras autônomos e por conta própria, desempregados, estabelecem no terreno das redes de produção e consumo urbano elos com os demais setores da classe trabalhadora assalariada e dos novos trabalhadores da economia da informação, conhecimento, comunicação.

Conclusão

As redes materiais e imateriais que atravessam os fluxos de produção e reprodução da riqueza na cidade e no campo pressionam por uma nova forma de governo e gestão coletivas da riqueza social. Os movimentos agro-camponeses de todo tipo, a atuação de movimentos sociais de excluídos urbanos, a resistência de assalariados tradicionais, os deslocamentos e a proletarianização das camadas médias, o trabalho doméstico, o trabalho informal definem novos espaços de conflitos amplificados pelo caráter difuso das redes de controle e produção informatizadas. A reprodução social torna-se produção imediata, o controle biopolítico das populações torna-se objeto de

luta, a gestão do território com seus fluxos e redes torna-se espaço de conflito público, a natureza temporal da dinâmica financeira torna-se conflito material no espaço de vida e trabalho que se ordena na forma difusa da grande fabricação da estrutura social contemporânea. Os sujeitos desse processo se movem, e dos rumos que tomarem suas opções dependerá a natureza das formas de distribuição e poder que devem emergir como alternativa de organização de nossa sociedade, direção que nesse momento se manifesta de maneira criativa nas dinâmicas da sócio-solidariedade, as únicas que podem garantir sustentabilidade e sócio-diversidade nas práticas e modos de vida adequados para uma sociedade que se autogoverne.

¹⁰ “A economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar, investir e segurar. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, crédito e de produção, que datam do século passado. Elas surgem como solução, algumas vezes de emergência, na luta contra o desemprego. Ocupações de fábricas por trabalhadores, para que não fechem, são semelhantes a ocupações de fazendas por trabalhadores rurais sem-terra. Ambas são formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária, formada por unidades produtivas autogestionárias”. Essa afirmação de Paul Singer na página 181 de sua *Utopia Militante*, já citada, distingue-se das noções de economia solidária nos termos de uma convergência de ações sociais do Terceiro Setor, de um mero processo de organização de empresas sociais e cooperativas, bem como de formas públicas de ocupação sócio-comunitária em redes horizontais que atendem setores de baixa renda e das favelas, bairros, cidades e periferias marcadas pela pobreza. Outro enfoque é o das teorias da reciprocidade que combinam lógicas de mercado com formas não monetárias de organização social, definindo um terreno político de unificação de formas de produção e reprodução social, como podemos depreender da leitura de textos como os organizados sob a direção de LAVILLE, Jean-Louis. *L'économie solidaire. Une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.